

XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH.

A visão de Fernando Henrique Cardoso sobre o escravo sulino: trabalho cativo e incompletude do capitalismo

Wanderson Fabio de Melo*

Este texto tem como objetivo explicitar as contribuições e os limites da obra de Fernando Henrique Cardoso para o estudo do escravo na região do Rio Grande do Sul, tomando por base, fundamentalmente, a sua tese pós-doutoral: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, trabalho defendido na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação de Florestan Fernandes, com publicação em livro pela primeira vez no ano de 1962. Destaca-se que o nosso intento não é promover um julgamento da obra, mas evidenciar as circunstâncias e as condições em que foi produzida, o seu contexto social e intelectual, bem como o posicionamento ideopolítico que expressa.

Assim, emergem as indagações: Quais os significados da produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso sobre os escravos no Brasil meridional? Como procedeu na elaboração metodológica da pesquisa? Qual universo social que o autor corroborou a partir de seu trabalho de investigação?

Para a realização de nosso intento utiliza-se a análise crítica imanente, seguindo os caminhos trilhados por Georg Lukács. Tal procedimento metodológico é fator legítimo e indispensável na exposição e no desvendamento das posições de um intelectual. Neste texto, a partir da problematização das posições de Fernando Henrique Cardoso, um dos principais expoentes da chamada “escola sociológica da USP”, pretende-se evidenciar o modo real e concreto de como a sua consciência social prática relacionada e articulada com o conjunto de intenções sociais se manifestou em sua obra. Com efeito, “será indispensável que demonstremos, também no terreno dos fatos e filosoficamente, sua incoerência interna, seu caráter contraditório” (Lukács, 1959: 6). Dessa maneira, desenvolve-se a análise que abarca, em concomitância, a gênese e a

* Professor Adjunto na Universidade Federal Fluminense/Polo Universitário de Rio das Ostras (UFF/PURO).

função social expressas no texto do pesquisador, visto que suas elaborações estão determinadas sócio-historicamente e, além disso, torna possível desvendá-las através de sua própria lógica interna. Realiza-se, portanto, a análise que permite fazer o autor apontar seus próprios pressupostos, bem como os conflitos sociais em que participou, trazendo a evidência “que aparece explícita, sem necessidade de provas, para seus leitores” (Lukács, 1959: 5).

O “patrimonialismo patriarcal” e a imagem da “democracia da estância”

No detalhamento característico da “ação social” do proprietário sulino demarcada pelas relações sociais “patrimonialista patriarcal”, Fernando Henrique Cardoso narrou:

o chefe autocrático do bando de pilhadores, cuja autoridade advinda da posse de atributos pessoais ajustados às necessidades da luta para o êxito econômico e a sobrevivência, ao se transformar em estancieiro, isto é, em proprietário, não deixava de ser um chefe cujo poder de mando encontrava limites apenas na força dos outros chefes e do Estado – nos momentos e nas regiões onde este se fez presente – ou na ‘força física e dexteridade’ dos que se lhe opunham. Da mesma forma, o exercício da autoridade constituída fazia-se através de recursos que se coadunavam com as qualidades dos chefes de bando: a violência e o arbítrio (Cardoso, 2003: 114-115).

As características delineadas sobre o estancieiro gaúcho do século XIX levaram em conta a análise de realidade mediada pelo “patrimonialismo patriarcal”, evidenciando, assim, que o poder do chefe autocrático emergiu da agressão. Desse modo, a reflexão do pesquisador uspiano se contrapôs à “historiografia tradicional” do Rio Grande do Sul, cultivadora da imagem da “democracia da estância”, a qual apregoava que peões e patrões teriam vivido os mesmos espaços permeados por relações de camaradagem e consideração mútua.

Após explicitar a reflexão de Cardoso acerca do trabalho no Brasil meridional, passamos a considerar a temática da gênese da propriedade privada no extremo Sul da colônia portuguesa. Tratando deste aspecto, o sociólogo uspiano utiliza a noção de *patrimonialismo* a fim de se contrapor às diversas posições histórico-sociais sobre a formação gaúcha e brasileira. Ademais, o pesquisador defende a especificidade do

“patrimonialismo patriarcal” enquanto o traço peculiar da historicidade do regime de propriedade no Brasil meridional. Por meio da noção de “patrimonialismo patriarcal”, Cardoso analisa a constituição proprietária do Sul, de modo a se contrapor às noções de feudalismo para entender a fazenda colonial, bem como à “historiografia tradicional gaúcha” que divulga o passado idílico “democrático” entre peões e estancieiros e, por fim, o intelectual aponta o caminho específico da formação social brasileira a partir de uma tipologia de elementos históricos.

Os autores que se destacaram na exaltação do “igualitarismo da estância gaúcha” foram Jorge Salis Goulart, Alfredo Varela, Dante de Laytano e Walter Spalding. O primeiro, ao descrever a relação de trabalho do peão, mencionou: “Serve ao patrão espontaneamente, quase sempre por amizade” (Goulart, 1978: 30). Sobre o “contentamento” do trabalhador, Salis Goulart assegurou: “Deem-lhe um excelente chimarrão, um veloz corcel, um succulento churrasco, e o centauro do pampa se mostrará totalmente satisfeito” (1978: 95). Percebe-se, assim, a construção da “democracia da estância”, onde se cria a imagem idílica de estancieiros e peões lado a lado “vivendo em harmonia”. Segundo Cardoso,

Salis Goulart é possivelmente o maior expoente dessa ideologia, porque além de louvar a democracia rural tenta explicá-la em termos que pretende científicos. Caracteriza o “espírito gaúcho” dizendo: ‘o gaúcho nunca admitiu preeminências de classes ou de raça. /.../ se nota uma classe única, a dos gaúchos, /.../ feliz na roda amistosa de chimarrão, entre relatos guerreiros ou façanhas dos dias de rodeio, revelando todos, humildes e potentados, os mesmos hábitos, os mesmos costumes, os mesmos ideais’ (2003: 133-134).

A historiografia tradicional Rio-grandense quer convencer que a especificidade do “espírito” da população do Sul teria se formado nos “princípios democráticos” do comportamento social. Em consequência, segundo essa interpretação, emergiu no povo da região a capacidade dirigente nas esferas do poder.

Ao analisar a documentação sobre a vida social no século XIX, como a imprensa gaúcha, as Atas da Câmara Municipal de Porto Alegre e os registros de viajantes, Cardoso percebeu que as relações sociais “não primaram por subordinar-se a princípios democráticos de afirmação da autoridade e poder. Ao contrário, parece que a violência e a arbitrariedade se inseriram de tal forma no sistema de relações sociais que se

justificaria falar na preservação do sistema autocrático de mando no Rio Grande do Sul” (Cardoso, 2003: 109).

É possível notar o avanço da reflexão de Cardoso ao desmistificar a “democracia da estância” propugnada pela história tradicional do Rio Grande do Sul e da auto-proclamada “sociologia histórica”, que sistematizou uma interpretação do Brasil organicamente ligada aos pontos de vistas dos produtores rurais e na defesa do Estado autocrático.

Na exploração econômica do Brasil meridional, segundo a historiografia tradicional do Sul, depois de assegurada a região para Portugal, quando os caudilhos militares se tornaram estancieiros criadores de gado, eles necessitaram uma força de trabalho diferenciada do resto do país, uma vez que a atividade exigia mais do que o esforço repetitivo do eito agrário vigiado por um feitor de chicote na mão. A escravidão das outras regiões teria levado à “degradação do trabalho manual”. No Sul, ao contrário, as habilidades do peão no laço, na doma do cavalo, na busca campeira e cura da gadaria, favoreceram o trabalho do homem livre e, em consequência, a estima do patrão pelo seu trabalhador aplicado. Dito de outro modo, a peculiaridade da classe dominante *ganadera* gaúcha, segundo o raciocínio em exposição, residia no fato daquele setor valorizar o trabalho.

Entretanto, a despeito da “camaradagem”, nos combates fronteiriços, o caudilho seguia a cavalo enquanto a imensa maioria rumava de pé no chão. Ademais, a economia subsidiária no interior da própria colônia teve a sua força de trabalho livre remunerada em alimentação, além disso, a peculiar “elite gaúcha” não aceitou a partilha de terras, sequer apoiou as posições políticas liberal-democráticas no século XIX e nem concedeu o direito de voto à população pobre ou liberta.

Segundo a interpretação de Fernando Henrique Cardoso, nas estâncias do Brasil meridional desconheceu-se o “espírito público” e o “convívio democrático”

Na verdade a sociedade Rio-grandense não só se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, como às posições assimétricas na estrutura social correspondiam formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação. Frequentemente a compatibilidade entre as expectativas era assegurada pelo exercício violento e arbitrário da autoridade inerente às posições hierarquicamente superior do sistema social (Cardoso, 2003: 108).

Percebe-se que Fernando Henrique Cardoso propõe entender a peculiaridade do “estamento dominante” Rio-grandense, que reproduziu a forma de poder existente no Brasil, calcado no “patrimonialismo patriarcal”. Ao frisar a relação patrimonialista, Cardoso asseverou a inexistência do capitalismo completo, bem como as possibilidades de se desenvolver relações democráticas no Sul do Brasil.

Em consonância ao “espírito igualitário gaúcho”, os intelectuais defensores dessa suposta “peculiaridade do Sul” ressaltaram que além do trabalhador livre, os escravos também teriam sido mais bem tratados naquela região do que nas demais províncias do Brasil. Cardoso avança na reflexão ao deslindar a situação do trabalhador escravizado e subordinado violentamente pelo proprietário.

A historiografia tradicional tendo por base a literatura de viajante sustenta que o escravo no Sul era mais bem alimentado do que os do restante do país, visto que o escravo sulino comia “carne à vontade”. Vale destacar que em vários momentos conjunturais no Brasil meridional, o *gado vacum* era morto devido ao valor do couro, matéria-prima para vários instrumentos, enquanto a carne era deixada, muitas vezes, no próprio campo à mercê dos abutres. A carne bovina em “fatura” servia de alimentação ao trabalhador cativo. Ademais, o charque era a base alimentar da escravaria no Brasil, produto desenvolvido na economia subsidiária Rio-grandense que o barateava ainda mais na região meridional do país. Entretanto, nas províncias açucareiras e cafeeicultoras, a carne seca era oferecida com farinha, enquanto no Sul a carne era o único componente da refeição do trabalhador escravizado.

No entanto, Gilberto Freyre, o “intérprete do Brasil” que se destacou na defesa do negro escravo enquanto co-colonizador ao lado dos portugueses, no propósito de especificar a contribuição do negro no Sul, escreveu

não devemos nos esquecer da força com que, entre nós, a situação regional do indivíduo ou da família a tem impelido para integrar-se, independente da cor, da raça, da classe, e da própria condição de naturalizado ou de nato, em culturas, ou configurações regionais de cultura, como a sertaneja, a caipira ou a gaúcha. [...] Que o diga a situação do ameríndio e do próprio negro nas estâncias rústicas do Rio Grande do Sul, onde, segundo esclarecido historiador da região [Dante de Laytano], ‘o negro foi mais companheiro do que servo’. Situação que se acentuou quando o negro, numa área brasileira eminentemente militar como a Sul-rio-grandense pastoril, encontrou

na atividade bélica, ou no serviço de guerra a pé e a cavalo, o caminho para a sua elevação social (Freyre, 2003a: 488-489).

Assim, o intelectual luso-tropicalista, com base na historiografia tradicional gaúcha, encontrou esteio para a sua ideia de especificidade do colonizador português em relação aos povos dominados. Nessa visão, o colonizador luso teria potencializado a “elevação social” aos subjugados, sobretudo os negros, mesmo na situação de escravidão.

Ao enfatizar o elemento negro no Brasil meridional, Freyre asseverou:

O que parece indicar que em uma área, como a pastoril, do Rio Grande do Sul, durante dois séculos especializada em guerras, entreveros, cavaladas, o negro conseguiu impor-se à atenção e até ao entusiasmo das chinas, ou caboclas, por qualidades superiores às dos nativos. Entre elas, a própria bravura guerreira, segundo o depoimento de Saint-Hilaire: ‘o negro é mais bravo do que o índio’, isto é, o índio do Rio Grande do Sul. Deste modo, o negro, na área ou na região gaúcha, se sobrepôs ao próprio índio. Deste modo e por sua situação de companheiro dos brancos das estâncias. Essa situação, superando a de servo, teria condicionado, naqueles extremos do Brasil, o comportamento ou a figura do africano ou do descendente, empregado no pastoreio ou engajado no serviço militar. Donde, em parte, pelo menos, a atração sentida pela índia, desencantada, talvez, com a inércia dos homens de sua raça e encantada com a bravura de ação dos africanos (Freyre, 2003a: 489).

Torna-se importante observar como o autor de *Sobrados e mocambos* defendeu sua posição de forma descontextualizada, além de desvalorizar o elemento indígena na formação brasileira. Parte expressiva dos índios tomara lugar ao lado dos jesuítas e dos cisplatinos nos conflitos para estabelecer a fronteira sulina do Brasil. Ademais, a imensa maioria da soldadesca do Exército pró-Portugal também era formada por elementos indígenas masculinos. A morte desses indivíduos nos embates inexoravelmente afetava os grupos ameríndios. Freyre reproduz, no fragmento citado, a visão do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que julgava o que via, não analisava, porque não considerou o universo de relações naquela região disputada com guerras, nem as consequências de tal processo no cotidiano. O colonizador além de se apossar da mulher índia, a desmoralizava. A pobreza da região subsidiária da própria colônia, na qual o soldado (ou o peão) gaúcho não recebia recursos e nem terra para sustentar sua família, alimentava a prostituição das “chinas”, mulheres ou filhas dos elementos que

compunham as tropas. Onde Freyre enxerga “encantamento”, na realidade era a prostituição da campanha. Em lugar de *donjuanismo* do homem gaúcho, encontrava-se a incapacidade de formar família, devido à carência de recursos para sustentá-la.

Outro elemento enfatizado pelo saudoso do Brasil do engenho se relaciona à alimentação. Apoiado no texto do viajante germânico Maurício Lamberg, Gilberto Freyre cita na nota 11 do capítulo 13 de seu livro *Ordem e Progresso*:

“os escravos aqui no Brasil, sobretudo nestes últimos quarenta anos, não eram em geral maltratados nem viviam pior do que a maioria de trabalhadores europeus” [...]. O escravo: “tanto ele como a família eram geralmente alimentados à moda da roça. Ninguém sofria fome, nem mulheres, nem crianças [...]. O escravo tinha um pequeno lote de terra que cultivava para si e mais de um sabia aproveitá-lo tão bem que, passados alguns anos, estava em condições de salientar-se mediante dinheiro”. Se ele adoecia, “as despesas corriam por conta do senhor e desta forma não lhe faltava nenhum dos cuidados pessoais”. Feita a abolição [...] os “libertos incapazes de se guiar por si mesmos [...]. Seria preciso que tivessem tutor” (Freyre, 2003b: 868-869).

Percebe-se que Freyre reproduz o tradicional argumento dos escravistas em defesa do trabalho compulsório. O “zelo senhorial” por sua força de trabalho salvaria a população trabalhadora da fome¹. Como o proprietário “trata” bem do animal de trabalho, “cuidaria” do *instrumentum vocale*. Em contraponto tácito a alforria com reforma agrária, o saudosista do engenho lembra a “brecha camponesa” no interior do regime de escravidão, mas sem mencioná-la enquanto estratégia de ampliar a produtividade do trabalhador cativo. O cuidado da aristocracia agrária educaria o “escravo pequeno produtor” a angariar recursos com “sua” safra. Até na doença do escravo o senhor se fazia presente, de certo por não perder o recurso investido². Eis que,

¹ O tema da condição alimentícia do escravo esteve presente na trilogia freyreana de interpretação do Brasil. Segundo sua posição, o escravo teria melhor alimentação que os livres pobres. No livro *Casa-grande e senzala*, defendeu: “Melhor alimentados eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas” (Freyre, 1999: 34). Acerca do motivo dessa situação, Freyre tenta explicar: “A eficiência estava no interesse do senhor conservar o negro /.../. A alimentação do negro nos engenhos brasileiros podia não ser nenhum primor de culinária; mas faltar não faltava. E sua abundância de milho, toucinho e feijão recomenda-a como regime apropriado ao duro esforço exigido do escravo agrícola”. Por fim, o autor arremata: “O escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade patriarcal” (Freyre, 1999: 44).

² Sobre essa questão, Gilberto Freyre é peremptório: “fazer justiça ao sistema patriarcal que se desarticulava com a Lei áurea. Com todas as suas deficiências, era um regime protetor do homem do trabalho” *sic* (Freyre, 2003b: 855).

com a abolição, os negros não tiveram mais a tutela dos proprietários, isto é, não contaram com a “proteção” dos donos. Como se pode observar, esse discurso se configura na defesa do sistema socioeconômico assentado na superexploração do trabalho em favor dos grandes latifundiários exportadores.

Ao tratar da obra de Gilberto Freyre, Fernando Henrique Cardoso pontua:

É indiscutível, contudo, que a visão do mundo patriarcal de nosso autor assume a perspectiva do branco e do senhor. Por mais que ele valorize a cultura negra e mesmo o comportamento do negro como uma das bases da “brasilidade” e que proclame a mestiçagem como algo positivo, no conjunto fica a sensação de uma certa nostalgia do “tempo dos nossos avós e bisavós”. Maus tempos, sem dúvida, para a maioria dos brasileiros (Cardoso, 1993: 22).

Cardoso, portanto, identifica a obra de Freyre enquanto expressão legitimadora do “poder patriarcal”, na medida em que exalta a mestiçagem entre brancos e negros. Assim mesmo, frisa-se o caráter saudosista da visão de Gilberto Freyre, da aristocracia do período “pré-usina”, do tempo da casa-grande e do engenho. Portanto, “a história que ele conta era a história que os brasileiros, ou pelo menos a elite que lia e escrevia sobre o Brasil, queria ouvir” (Cardoso, 1993: 22).

Pode-se inferir que Cardoso toma o trabalho de Freyre como uma sistematização intelectual em defesa do “estamento dominante”, que administrou o país durante a Colônia e o Império.

Ao delinear os marcos teóricos e práticos da interpretação do autor pernambucano em consonância à “elite brasileira patrimonialista”, o sociólogo elenca:

Gilberto Freyre contrapunha a tradição patriarcal a todos os elementos que pudessem ser constitutivos do capitalismo e da democracia: o puritanismo calvinista, a moral vitoriana, a modernização política do Estado a partir de um projeto liberal e tudo o que fundamentara o estado de direito (o individualismo, o contrato, a regra geral), numa palavra, a modernidade (Cardoso, 1993: 27).

A crítica de Cardoso à interpretação de Gilberto Freyre se estende à “elite” que construiu o Brasil, por não ter superado o “patrimonialismo”, pois desfavoreceu a formação dos “elementos modernos de sociabilidade”. Nesse passo, “terá sido mais fácil assimilar o Weber da ética protestante e da crítica ao patrimonialismo do que ver no

tradicionalismo um caminho fiel às identidades nacionais para uma construção do Brasil moderno” (Cardoso, 1993: 27).

Em suma, a solução de Fernando Henrique Cardoso para se alcançar a completude do capitalismo dever-se-ia quebrar o patrimonialismo. Tendo por base o procedimento teórico weberiano, o pesquisador advogou uma nova “ética”, dissociada do “patrimonialismo patriarcal ou familiar” e, ao mesmo tempo, próxima dos valores liberal-democratas, em sintonia, portanto, com a “modernidade”.

Tipologias da formação e da ação social

Na presente parte do texto pretende-se explicitar a forma operativa conceitual empregada na tese de pós-doutorado de Fernando Henrique Cardoso. Ao especificar a base metodológica de sua pesquisa sobre o *Brasil meridional*, Cardoso frisou:

eu havia lido muito Parsons, Merton (que eram funcionalistas) e Weber. Minha leitura de Marx foi posterior a estes autores, e eu não poderia desprezar a contribuição de seus modos de análise para obter uma visão mais diferenciada da sociedade escravocrata. A ideia do patriarcalismo escravista vem de Weber. A análise de ‘ajustamento entre expectativas’, de papel social ou da socialização incompleta vem dos funcionalistas. E, assim como essas, muitas outras análises e conceitos não provêm de Marx (2003: 12).

A partir da transcrição acima, pode-se constatar que o professor fez uso da conceituação weberiana e funcionalista de tipificação a fim de caracterizar o “capitalismo” do Brasil do século XIX. Ao tomar como referência o universo teórico do capital, Cardoso entende ser a formação brasileira um “capitalismo inconcluso”, por que plasmado no “patrimonialista escravista” e com reprodução funcional automática por via da relação de poder.

Ao demonstrar como teria incorporado as reflexões intelectuais influentes do final dos anos 50, o autor afirmou que não aceitava:

o bê-a-bá do stalinismo teórico: a infraestrutura, dinamizada pelo avanço das forças produtivas, que entra em contradição com a superestrutura (a política e a ideologia) e impõe uma ação, que é mais uma ‘resultante’, do que uma ‘práxis’. Quando Sartre publicou as *Questions de méthode* e em 1960 saiu a tradução francesa de *Histoire et conscience de classe* de Lukács, vislumbraram alguma saída para o nosso impasse. Curiosamente, foi a partir de interpretações não baseadas na

economia e na história, mas sim na filosofia, que fomos buscar elementos para uma análise dialética de processos sociais reais (Cardoso, 2003: 17).

Pode-se abstrair que o sociólogo recusa o fatorialismo economicista para a compreensão das formações históricas e a “ação social”. Sendo assim, demarca o resultado da posição sociológica desenvolvida por Florestan Fernandes na USP. Ademais, frisa a composição de seu universo teórico a partir de aspectos do pensamento de Jean-Paul Sartre, na medida em que recupera do filósofo francês sua antropologia, o estudo do homem abstraído de seus condicionantes materiais ao que se refere à formação da práxis. De Lukács, o sociólogo acomoda a noção de “consciência possível” por via da interpretação de Lucien Goldmann. Portanto, as tipologias da formação social e da ação social deveriam vir sustentadas em bases empíricas, ao passo que os dados categorizados na direção de se interpretar a realidade a partir da subjetividade do pesquisador, e não da ontologia do ser social.

Quanto ao somatório dos autores relacionados, deve-se recuperar o contexto de produção da obra *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Tal processo representou a emergência de uma nova posição teórico-metodológica, capitaneada pelo filósofo José Arthur Giannotti, em detrimento da perspectiva do sociólogo Florestan Fernandes. A utilização dos autores da filosofia demarcou a configuração de uma nova geração de pesquisadores na Universidade de São Paulo.

Fernando Henrique Cardoso: uma visão liberal-democrata sobre o escravo

Como tratado neste texto, vários autores divulgaram a positividade da constituição social do país, em especial, do Rio Grande do Sul, dando margem ao interesse internacional sobre a suposta “democracia racial”, ou cotidiano com “equidade racial” vivido no Brasil. Ao reverso, Cardoso analisou a produção intelectual orgânica aos latifundiários, demonstrando a impropriedade de se identificar relações democráticas na estância gaúcha, ou enxergar no estancieiro o construtor da democracia, do respeito ao trabalho, ou do abolicionismo. O professor da USP tomou lugar na luta ideológica contra os apologetas da suposta “especificidade” sulina e brasileira. Não obstante, Cardoso realizou a crítica teórica à ideia de “democracia

racial” via sociologia de Max Weber, na medida em que enfatizou a relação de poder como determinante da construção societária, o “patrimonialismo patriarcal”; ao invés de analisá-la pela base material de existência, ou na totalidade concreta.

Na medida em que teve como eixo central de análise “as formas de dominação”, Fernando Henrique Cardoso compreendeu a consciência escrava enquanto reflexo da subordinação imposta pelos donos de terras e de gente. Isto é, o trabalhador escravizado teria reproduzido a visão do escravizador sobre si mesmo – considerando a si próprio como “coisa”. Sendo assim, o pesquisador fez uso do conceito goldmanniano de “máximo de consciência possível” a fim de fundamentar que o pensamento do escravo teria reproduzido a visão de seu senhor, fruto da relação de violência a que era submetido. A interpretação de Cardoso, em certa medida, se articulava aos preceitos da *Campanha em Defesa da Escola Pública* das décadas de 1950 e 1960, capitaneada, sobretudo, pelos princípios *escolanovistas* de que a educação determinaria uma nova consciência para o país e, por conseguinte, melhorar-se-iam as condições sociais. Assim, explica o movimento atuante dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul a partir da estratificação social, ou seja, seus militantes teriam sido os que tiveram acesso à “instrução” elementar ou profissional.

O autor fundamentou sua explicação na suposta inexistência de resistência escrava na região sulina do Brasil. Entretanto, ao se analisar as Atas das Câmaras Municipais das cidades charqueadoras pode-se perceber o debate de seus representantes sobre a contenção dos quilombos e as respostas senhoriais à resistência escrava, além de registros de rebeliões.

Por fim, em relação ao aspecto teórico-metodológico de sua investigação, Cardoso ressaltou a influência da “sociologia universitária” aprendida com Florestan Fernandes, a análise funcionalista norte-americana, isto é, a produção de texto sustentada em dados analisados, ao reverso do ensaísmo. De Max Weber, a construção de tipos ideais parametrado na “ação social”. Quanto a Karl Marx, a sua leitura histórico e estrutural do modo de produção. Além desses autores, o cientista social resalta o método de Sartre e a noção de “consciência de classe” posta por Georg Lukács em sua fase de 1923. Contudo, deve-se situar que em seu trabalho pós-doutoral, Cardoso se distanciou teoricamente de Florestan Fernandes, ao mesmo tempo em que se aproximou

de um grupo intelectual emergente no final dos anos 50 na Faculdade de Ciências Sociais da USP, sob a direção do filósofo José Arthur Giannotti.

Vale ressaltar que a interpretação de Cardoso se contrapôs à posição latifundiária da formação brasileira, na medida em que pontuou os malefícios da escravidão para a completude do capitalismo. Em seu trabalho esteve presente a orientação simpática ao moderno setor produtivo imbuído da calculabilidade e da racionalidade e, ao mesmo tempo, quando criticou a “dominação patrimonialista patriarcal”. Desse modo, o seu discurso representou uma defesa dos valores da liberal-democracia.

Fontes:

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, F. H. “Livros que inventaram o Brasil”. In: **Novos Estudos Cebrap**, nº37, 1993, pp: 21-35.

Referências:

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 36ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FREYRE, G. **Ordem e Progresso**: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semi-patriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre. 6ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003b.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003a.

GOULART, J. S. **A formação do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Martins: Porto Alegre, 1978.

LUKÁCS, G. **El asalto a la razon**: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1959.